

ENTRE AZOUGADAS E ANDANÇAS: A UNIDADE DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES DA SEE/PE E SEUS MOVIMENTOS CURRICULARES

Isabella Nara Costa Alves ¹

RESUMO

Este artigo trata-se de um recorte de um projeto de dissertação de mestrado ainda em andamento, encaminhando-se para a qualificação, que pretende investigar e analisar as atividades da Unidade de Educação para as Relações de Gênero e Sexualidades (UNERGS) que pertence à Secretaria de Estadual de Educação em Pernambuco (SEE/PE), entendendo a primeira como campo institucional que resiste ao recrudescimento das políticas públicas de gênero e sexualidades no Brasil, sobretudo após as eleições presidenciais de 2018. O trabalho compartilha as perspectivas teórico-metodológicas que fazem parte do projeto: a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, conceituações sobre currículo como espaço-tempo de fronteira de Elizabeth Macedo e o aporte teórico da teoria queer. Os resultados seguem em andamento, ainda que já possuam importantes apontamentos quanto à noção de resistência dentro do campo educacional e acadêmico.

Palavras-chave: Gênero, sexualidades, currículo, teoria do discurso.

PRELÚDIOS EMBRIONÁRIOS

*Sentia o mundo palpitar em seu peito, doía-lhe o corpo como se nele suportasse a feminilidade
de todas as mulheres
("Perto do coração selvagem" - Clarice Lispector)*

*Recife é o inferno que tá por cima
Mexeu com Recife, mexeu com a América Latina
Do alto, bem do alto, se vê dois riscos
A Caxangá e a América Latina
(Thiago West)*

Este artigo trata-se de um recorte de um projeto de dissertação ainda encaminhado para a qualificação, projeto este construído a partir de escolhas em

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPE/PPGEDU). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil. Pesquisadora do Grupo de estudos e pesquisas em educação, raça, gênero e sexualidade Audre Lorde (GEPERGES/UFRPE). Participante do Grupo de Pesquisa: Discursos, subjetividades e Educação (PPGEDU/UFPE). Bolsista pela concessão de bolsas de Pós-graduação pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), isabellanarac@gmail.com.

investigar cenários institucionalizados que resistem aos momentos históricos pós-eleições presidenciais de 2018, período em que o então candidato e agora presidente Jair Bolsonaro (2018-), utilizou-se em sua candidatura a *fake news*² de que seu oponente, Fernando Haddad, distribuiu nas escolas públicas, enquanto era ministro da educação, material envolvendo sexualidade infantil em sua gestão.

Apresentando breve panorama dos discursos curriculares sobre gênero e sexualidade no Brasil, enfatizo as disputas, deslocamentos e articulações, desde o final da década de 1990, em que o então documento que fomentava a proposta curricular nacional, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN'S), que incorpora a chamada “orientação sexual” - compreendendo esta como a educação sexual realizada pela escola - porém, sofrendo dificuldades de reconhecimento e implementação. Nos anos 2000, essas disputas se intensificam, uma vez que houveram avanços significativos em alguns países da América Latina: descriminalização do aborto, reconhecimento do casamento civil entre homens ou entre mulheres e inclusão curricular da educação sexual nas escolas,

A luta contra a “ideologia de gênero” é identificada por Lopes (2019) como demanda que antagoniza ao “marxismo cultural”, nas disputas pela hegemonia. Dentro desta perspectiva fantasiosa, acredita-se que os intelectuais marxistas, sobretudo Gramsci, percebendo que a revolução marxista não poderia desenrolar-se pela via bélica, criaram um estratagema de combate à hegemonia por meio da manipulação das mentes, disputando-se territórios de visões e projetos de mundo. No “marxismo cultural”, estaria incluído todo e qualquer tipo de “doutrinação” e “lavagem cerebral” feitos pelo espectro político da esquerda, o que incluiria a “ideologia de gênero”. A partir desse pensamento, essa “guerra cultural” ganha novos eixos.

Os “ideólogos de gênero” são considerados, estrategicamente, como rivais, logo devem hostilizados, ridicularizados e desacreditados, por exemplo, como feministas radicais - *feminazis* e abortistas - destruidores da família, extremistas, homossexualistas - *gaymônios*, fanáticos pró-gay, pedófilos - heterofóbicos, cristofóbicos e doutrinadores (este último como referência à docentes, conforme veremos posteriormente). Todo esse contexto alimenta o *pânico moral* - expressão fundamentada por Stanley Cohen - em que essa hostilidade envolve recorrer e promover

² Conforme o jornal El País, Bolsonaro utilizou de diversas *fake news* [notícias falsas] para se eleger, entre elas a distribuição do “kit gay” por Haddad (BARRAGÁN, 2018).

um contexto de perigo e horror como técnica estratégica de campo discursivo, em que cria um inimigo em comum que deve ser extirpado a qualquer custo. O *pânico moral* arquiteta a polêmica e a sensação alarmista em torno dos “ideólogos de gênero”, desqualificando os movimentos e estudos relacionados às temáticas de gênero e sexualidade, em que “o discurso adversário, ao ser reconstruído, é deformado e revestido de significados caricatos, grotescos e escandalísticos” (JUNQUEIRA, 2018, p. 460).

O apelido “kit gay”, atribuído pejorativamente ao programa (inclusive criado por Jair Bolsonaro, ainda deputado federal), reitera a nova dimensão alcançada pelas instâncias conservadoras: a área educacional. Se os PCN’s introduziram o gênero e sexualidade - o que deveria ser extirpado no documento posterior - o “kit gay” seria responsável pela completa destruição do ideário conservador. Nesse sentido, a educação recebeu especial atenção, adquirindo status prioritário por estes movimentos. Em defesa da primazia familiar e da sua educação moral, atacam-se propostas curriculares e a liberdade docente, em nome de uma escola “sem doutrinação”, não ideológica e “sem gênero”. Conforme Junqueira (2018):

Escolas e docentes sintonizados com a “ideologia de gênero” visariam usurpar dos pais o protagonismo na educação moral e sexual das crianças e adolescentes para instilar-lhes a *propaganda gender* e doutriná-los conforme crenças e valores de um sistema de “pensamento único”, hermético, deliberadamente ambíguo, sedutor, enganoso, danoso e manipulador da natureza humana (p. 453).

Portanto, ao ganhar terreno nas políticas educacionais, a falácia da “ideologia de gênero” ganha mais visibilidade, ganha mais adeptos/as e se populariza rapidamente através do pânico moral. Seus/suas simpatizantes, além de atacar diretamente os movimentos sociais, os estudos de gênero e *queer* e acreditar no termo “gênero” como ideológico, não-científico e anti-família, agora também difundem que este conceito - assim como “sexualidade” - não pode ser ensinado na escola e quem se atrever a falar sobre estes assuntos deve receber punições.

No contexto do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro (sem partido), percebemos a prática articulatória entre fundamentalismo-moral e neoliberalismo se tornar o principal eixo de sua política, ganhando nova conjuntura. Este eixo conquistou apelo popular e vem sendo ampliado no exercício do atual presidente, junto ao anticomunismo e o discurso anti-corrupção. De acordo com Lopes (2019), já nas eleições, a educação foi um dos principais alvos de debate político, com a proliferação

de *fake news*, desvalorização de Paulo Freire como patrono da educação brasileira, assim como atualmente, uma vez que identifica-se o desmonte das universidades públicas e a tentativa de encerrar o debate sobre políticas de gênero.

Acentua-se o contexto da precarização do discurso de antagonismo *deles* contra *nós*: os adeptos da falácia da “ideologia de gênero”, pró-família, pró-vida, anti-PT, anticomunismo *versus* “ideólogos de gênero”, anti família, anti vida, petistas e comunistas, ainda que tais personagens se identifiquem (ou não) nessas posições. Bolsonaro sedimenta a posição da “ideologia de gênero”, buscando “abolir de vez, qualquer iniciativa de doutrinação ideológica e sexualização precoce no ambiente escolar”, com docentes “sem vícios de doutrinação”, apesar da publicação já realizada da BNCC, afirmando seu compromisso antigênero:

[...] será apreciada pelo Governo Federal, em atenção à [...] isenção de qualquer doutrinação e propagação de ideologias político-partidárias em ambiente escolar. E desse modo reitera-se o compromisso de combater a ideologia de gênero e a sexualização precoce de crianças e adolescentes (BRASIL, 2019, p. 66).

Imbuído desta demanda, a ministra “da mulher, da família e dos Direitos Humanos” Damares Alves, em janeiro de 2020, lançou um projeto de abstinência sexual de adolescentes, reiterando a agenda moral e tradicional bolsonarista. Longe de ser uma suposta ignorância do contexto social dos/as jovens (sobretudo das meninas), a política de abstinência sexual para a prevenção de gravidez precoce desconsidera a falta de autonomia dessas meninas, ou seja, a ausência do poder de decisão pelo seu próprio corpo. A ministra já afirmou diversas vezes a “ideologia de gênero” como um grande fantasma, chegando a dizer, em diversas entrevistas *fake news*, tais como: no Brasil, tem “70 identidades de gênero” catalogadas e que, na escola, docentes-militantes estariam impondo às crianças que escolhessem a sua própria, o que estaria gerando “confusão” psíquica e resultando em automutilação e suicídio (AOS FATOS, 2018).

A Base Nacional Comum Curricular - documento atual de referência de currículo das escolas brasileiras - por pressão conservadora, excluiu as temáticas de gênero e sexualidade. Com o avanço da extrema-direita do atual governo, que cada vez mais fortalece a falácia da *ideologia de gênero*, assim como o desmonte da educação e da pesquisa científica no Brasil e a desvalorização das humanidades e das ciências sociais, se faz cada vez mais necessário a pesquisa e o conhecimento desses temas, com

a finalidade de derrubar mitos e aproximar o pensamento acadêmico dos planos de educação e dos currículos escolares.

Em meio a este cenário hostil, sobretudo através de uma onda conservadora após o golpe político-jurídico-midiático em 2016 e a eleição bolsonarista em 2018, surge a Unidade de Educação para as Relações de Gênero e Sexualidades (UNERGS) em 2019, órgão da Gerência de Educação Inclusiva e Direitos Humanos (GEIDH) da Secretaria de Educação e Esportes (SEE), a mais recente entre as Unidades Temáticas do Estado de Pernambuco. Haja vista o contexto de disputa em torno do conceito de gênero, a partir de “embates hegemônicos”, a UNERGS está em engajamento nesse processo, causando tensionamentos e produzindo novos sentidos. Santos e Oliveira (2019) descrevem as condições de origem da UNERGS:

[...] o Ministério Público (MPPE), após acompanhar um caso de transfobia na rede de ensino, emitiu recomendação à Secretaria de Educação de Pernambuco (SEE) para que garantisse o debate sobre gênero e sexualidade na escola. No conjunto de ações atualmente desenvolvidas pela SEE, com foco nessa recomendação, destacam-se: i) o Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero; ii) o apoio aos Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher; iii) a Andanças – Mostra de Cinema de Gênero e Diversidade; iv) a inserção do tema integrador “relações de gênero” no currículo do ensino fundamental; v) a política de reconhecimento e uso do nome social. A política de uso do nome social foi implementada pela SEE a partir do ano letivo de 2017 e, desde então, foram registrados 325 pedidos entre as/os estudantes. A maioria está matriculada na EJAI³ (SANTOS e OLIVEIRA, 2019, p. 54).

Pontuando brevemente os embates hegemônicos de Pernambuco no que se refere às políticas de gênero e sexualidade nas instituições escolares, podemos perceber que desde a década de 1960 já haviam estudos sobre educação sexual, dissipando-se no período ditatorial no Brasil (1964-1985). Já a partir do ano de 1987, houve início de projetos ligados à temáticas provenientes da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da ONG S.O.S. Corpo, como os “Fóruns Itinerantes de Educação Sexual”, ganhando força, posteriormente uma capacitação docente, além de “Seminários Públicos de Educação Sexual” e “Ciclos de Estudo sobre Sexualidade”. Em 2007, a GEDH (Gerência de Políticas de Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Cidadania (GEDH) é criada, mudando seu nome posteriormente para “Gerência de Educação Inclusiva e Direitos Humanos” (GEIDH-SEE/PE), promovendo projetos, capacitações e formações (em parceiras com universidades e ONGs) para educadores/as de todas as Gerências Regionais de Educação - GEREs (OLIVEIRA, 2009).

³ A sigla EJAI designa Educação de Jovens, Adultos e Idosos.

Resgatando a história da gerência e da unidade temática, bem como dos materiais produzidos dentro dos debates, como as produções audiovisuais, mostras itinerantes, atividades formativas, rodas de saberes, cursos internos, criação de grupos de pesquisas em gênero e sexualidade e produção dos observatórios, esta pesquisa advém da necessidade de lançar olhares não somente para os processos regulatórios de silenciamento e (re)produção de preconceitos e discriminações (como o machismo e a LGBTfobia), mas também para as atividades e práticas (des)construtivas e criativas dentro dos órgãos institucionais. A criação da UNERGS reflete as políticas de investimento na área de gênero e sexualidade no Estado de Pernambuco.

Compreender que a produção de sentidos sobre gênero e sexualidade envolve diferentes atores e atrizes, grupos, demandas e subjetividades coletivas que analisam, propagam, acreditam (e/ou desacreditam) e suas possibilidades de conceituação nesse universo de sentidos que investem códigos, propagandas, pregações, enfim, discursos. Portanto, somente uma ferramenta teórico-metodológica que abrange processos linguísticos, técnicas investigativas, pensamento políticos e contextos hegemônicos⁴ e antagônicos poderiam dar conta de analisar como a demanda da UNERGS, implicando modificações e modulações no contexto macropolítico e no micropolítico - este último abrangendo a escola e o currículo.

A Teoria do discurso (TD) de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe identifica “significantes cuja contestação ou múltiplo investimento por parte de vários atores sociais permite construir articulações que alteram a ordem vigente - deslocada por crises ou deslegitimada por fracassos ou arbitrariedades - e apontam para alternativas emancipatórias” (2015, p. 17). Nesse sentido, ela surge no contexto de hegemonia de partidos de esquerda na América Latina, contrapondo-se à crença do sujeito como criador de sua própria emancipação e transformação e à essencialização das estruturas sociais pelo capital, mas percebendo a contingência e multiplicidade das estruturas sociais e dos grupos envolvidos, haja vista o cenário de antagonismos com demandas de direita e, especificamente hoje no Brasil, de extrema-direita.

A história da política latino-americana aponta diversos temas de articulação, assim como demandas democrático-populares em sua discordância aos efeitos desestruturadores das (anti)políticas neoliberais. A partir de uma teoria pós-marxista,

⁴ Inspirada da teoria gramsciana, a TD de Laclau e Mouffe (2015) entendem a contestação e as disputas entre discursos como disputas hegemônicas, levando em consideração o caráter de estabilização contingencial da realidade, em um campo em que os “elementos” não se cristalizam.

Laclau e Mouffe (2015) compreendem a mudança do pensamento político de esquerda posteriores às ditaduras em países latino-americanos, através dos conceitos-chave de hegemonia, estratégia e democracia. *Hegemonia e Estratégia Socialista* (2015), uma das principais obras da TD, surge nesse contexto de redemocratização, inclusive da política brasileira, atravessada pela insurgência neoliberal do contexto anglo-saxão. A obra caracteriza-se como um “devir-crítico prático” através da conceituação de democracia radical como princípio estratégico para o futuro.

Os desafios teórico-metodológicos propostos por Laclau e Mouffe (2015) compreendem o “caráter discursivo” do social, a contingência disseminativa e múltipla do terreno político, o caráter central da articulação e do antagonismo e as repercussões das lógicas da diferença e da equivalência. Portanto, a TD foca para as condições de uma fixação do discurso e coloca estas sob análise e sob suspeita; o trabalho de investigação será como movimento arqueológico de cavar as condições de possibilidade para a emergência e formação daquele discurso, no caso a produção de sentidos que envolvem as temáticas de gênero e sexualidade na UNERGS. A análise do discurso se caracteriza como uma *prática desconstrutiva*, de acordo com a perspectiva pós-estruturalista derridiana: envolve “escavar” os processos de constituição e deslocamento, este com o sentido de transformação. Analisar as práticas discursivas da UNERGS por meio da TD envolve compreender suas condições de fixação e os elementos simbólicos que estão sendo articulados.

(A)FETAÇÕES E TRAVESSIAS METODOLÓGICAS

Frente às questões expostas, o objetivo geral deste estudo trata-se de conhecer os projetos desenvolvidos pela Unidade de Educação para as Relações de Gênero e Sexualidades (UNERGS) e sua rearticulação nas lógicas e práticas curriculares de escolas da rede pública estadual de Pernambuco. As experiências da unidade pesquisada norteiam os seguintes questionamentos: quais as condições de possibilidade para a emergência da UNERGS? Que demandas (conforme a TD) foram articuladas para a constituição desse cenário discursivo? Que tensões e negociações de sentido atravessam a elaboração e implementação de seus projetos? Como se caracterizam esses projetos? Que vontades, afetos, linguagens e práticas políticas foram e são mobilizadas por e nesse espaço discursivo? Como o contexto de recrudescimento dos movimentos

conservadores, especialmente as políticas antigênero, têm atravessado seu percurso e projetos?

Norteando-se pelos questionamentos acima propostos, os objetivos específicos são: 1) Investigar as demandas articuladas para a constituição da unidade; 2) Analisar as tensões e articulações que atravessam a formulação e implantação dos projetos; 3) Examinar as dinâmicas de apropriação e rearticulação dos projetos nas lógicas e práticas curriculares.

Entendendo que os discursos são espaços disputados, em que irão emergir conciliações e contradições, a noção de currículo adotada neste estudo está relacionada à prática discursiva: o currículo é um espaço-tempo enunciativo de fronteira cultural (MACEDO, 2006), noção fundamentada a partir das discussões pós-coloniais de Homi Bhabha, a partir dos processos de hibridização cultural, bem como dos atos de poder que freiam e fixam transitoriamente os sentidos os sentidos e normatizações; espaço disputado pelas normatizações e regulações (sobretudo àquelas relacionadas a cisheteronormatividade), mas que ora bloqueiam, ora causam fissuras-brechas para os processos de identificação da diferença.

Em determinado momento da pesquisa, somos instigadas a refletir e (re)pensar como realizaremos a investigação que estamos nos dedicando, especificamente tratando-se de uma pesquisa qualitativa que se proponha a “abrigar” (e, posteriormente, “conceber”) rotas pós-estruturalistas, *queer*, feministas e decoloniais em uma pesquisa em educação e currículo. Significa, conceitualmente, encarar o “campo de ação” - expressão denominada por Bauer e Gaskell (2002) - e assumir um “pluralismo metodológico” que possa abarcar as práticas discursivas da UNERGS. Com a intenção inicial de mergulhar no campo de ação a ser estudado, minhas orientações (no que se refere aos princípios estratégicos) empregam o que podemos chamar de *estudo de caso*, ainda que conceba um “delineamento experimental” para tal. No que se refere aos “modos de preparo” da coleta de dados, a comunicação informal - um meio de representação descrito por Bauer e Gaskell (2002) - foi escolhida de forma estratégica pela espontaneidade de expressões que podem surgir a partir das conversas com as *corpas* entrevistadas, em que serão investigados os discursos subjetivos e coletivos evocados através da oralidade, da escrita e de imagens como produções simbólicas capazes de produzir materiais a serem analisados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os embates hegemônicos compõem as disputas entre os discursos que constituem as políticas de currículo, profundamente interligados aos processos culturais e econômicos, que por sua vez constituem as relações sociais das *comunidades epistêmicas*, termo introduzido por Lopes (2011), que disseminam os discursos hegemônicos - ou seja, aqueles que tornam suas particulares como universais. Portanto, chegamos nas discussões de Macedo (2006) do *Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural* através da teoria pós-colonial de Homi Bhabha, que através dos sentidos de multiculturalismo como contexto híbrido de diferenças, o currículo é entendido como enunciativo e como prática discursiva, uma vez que promove a interação das *corpas* culturais, que possuem diferentes pertencimentos de produção e percepção de processos político-pedagógicos, “um outro cultural que não é visto a partir das culturas legitimadas pelos currículos escolares, como seu avesso que está fazendo falta no currículo, mas que está lá na própria temporalidade introduzida pelo performativo” (MACEDO, 2006, p. 289).

Pesquisar sobre a UNERGS demanda percepções que remodelam o currículo formal, bem como destoam as percepções que maximizam as dimensões regulatórias e, portanto, invisibilizam e obstaculizam a “autonomização da resistência” (que são espontâneas) e a abrangência da complexidade dos processos políticos das escolas. Conforme argumenta Macedo (2006), os currículos são *híbridos culturais*, devido a possuir “tramas oblíquas de poder”, que ora fortalecem demandas normativas, ora fomentam relações que resistem a essas mesmas normas. Compreendendo o processo de colonização que também perpassou a escola, a autora destaca que, apesar de nenhum sistema ser imune a este “projeto de nação”, nenhum processo de dominação cultural é tão desmobilizador ao ponto de desmontar toda e qualquer demanda antagônica.

Mesmo um currículo marcado pela precarização de *corpas* e suas expressões gênero-sexual-diversas, mesmo repleto de políticas antigênero, é um espaço-tempo de fronteira que emergem “signos da diferença”, conforme Macedo (2017), de irrupção de subjetividades que sobrevivem e experimentam sua própria existência. Destarte, as diferenças e identidades são amplamente negociadas por “lugares-tempo híbridos de sentido”, em posições mediadoras, o que me permitiu, em metáforas obstétricas desta

pesquisa-criança, pensar no currículo como “líquido amniótico” (entendido também como “águas de Oxum”), que permite movimentos fetais ao mesmo tempo que protege o feto contra traumas e distribui “impactos” ao útero (interpretando este último como cavidade de travessia que advoga por “frutos” mesmo diante de um clima tão inóspito).

Nas palavras de Ranniery Oliveira (2017, p. 56), “o currículo é reativado como uma parte vital de animar a vida por meio de laços que reolam a diferença como constitutiva de seu funcionamento”. Nesse sentido, após as “contrações” e movimentações “uterinas expulsatórias”, passemos às passagens analíticas (no próximo capítulo), no que concerne o momento do “parto”, em que os discursos da unidade pesquisada como “modos *queer* de viver o tempo e o espaço” (OLIVEIRA, 2016, p. 341), ganham contexto quando são “paridos” em meio às adversidades pandêmicas e conservadoras anti gênero, anti mulher e anti-gravidez, assim como anti pesquisas sobre educação, gênero e sexualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DO PARTO DE UM CORPUS HUMAN(IZAD)O

A primeira oportunidade de conversa sobre as práticas discursivas da UNERGS partiu da disciplina eletiva “Crise da Democracia, Gênero e Sexualidade na Educação” da pós-graduação em educação da UFPE, ministrada pela Profa. Dra. Anna Luiza A. R. M. de Oliveira (e minha orientadora, da linha Subjetividades Coletivas, movimentos sociais e educação popular), especificamente na aula “Movimentos trans e a pesquisa em ciências humanas em tempos de crise da democracia”. A chefe da UNERGS compartilhou diversas experiências das atividades e projetos desenvolvidos pela unidade, que estão sendo coletados mediante a processos analíticos construídos a partir da metodologia proposta. Este trabalho pretendeu contribuir no sentido de entender a resistência de espaços institucionais (ou não) como processos que foram romantizados - assim como a gravidez e a maternidade, metáforas utilizadas nesse trabalho - levando a crer em uma chegada gradual a uma “emancipação” completa. Contudo, através da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, percebe-se que a ideia de “libertação” significa o fim da política, uma vez que os antagonismos fazem parte do cotidiano social e político.

REFERÊNCIAS

AOS FATOS. **Desvendamos as notícias falsas de Damares Alves contra a ‘ideologia de gênero’.** Ana Rita Cunha. Disponível em: https://www.aosfatos.org/noticias/desvendamos-noticias-falsas-de-damares-alves-contr-a-ideologia-de-genero/?fbclid=IwAR2LKJb15whHB_LduDOl7a9A91id0hOiSeOlPRsoz kGJyVW4yXHeN7R_haA. Acesso em: 10 setembro 2019.

BARRAGÁN, Almudena. **Cinco ‘fake news’ que beneficiaram a candidatura de Bolsonaro.** El País, Eleições Brasil 2018. 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/actualidad/1539847547_146583.html. Acesso em: 7 setembro 2020.

BAUER, Martin W. GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático.** tradução de Pedrinho A. Guareschi.- Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.

BRASIL. **Presidente Jair Messias Bolsonaro Mensagem ao Congresso Nacional, 2019** [recurso eletrônico] : 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura. – Brasília : Presidência da República, 2019. – Documentos da Presidência da República, 2019. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/central-de-conteudos/downloads/mensagem-aocongresso-2019/@@download/file/Mensagem-ao-Congresso-2019.pdf>. Acessado em 11 agosto 2020.

JUNQUEIRA, Rogério. **A invenção da “ideologia de gênero”:** a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. Psicologia política. Vol. 18. Nº 43. PP. 449-502. Set-Dez, 2018.

LACLAU, Ernesto. MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista:** por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

LOPES, A. C. **Articulações de demandas educativas (im)possibilitadas pelo antagonismo ao “marxismo cultural”.** 2019. Revista Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 27 (109).

LOPES, A. C. et al. **Discursos nas políticas de currículo.** Rio de Janeiro: Quartet, 2011.

MACEDO, E. **Currículo como espaço tempo de fronteira cultural.** Revista Brasileira de Educação. v. 11. n. 32. maio/agosto 2006.

MACEDO, E. **Mas a escola não tem o que ensinar?:** Conhecimento, reconhecimento e alteridade na teoria do currículo. Currículo sem Fronteiras, v. 17, n. 3, p. 539-554, set./dez. 2017.

OLIVEIRA, A. L. A. R. M. de. **O discurso pedagógico pela Diversidade Sexual e sua (re) articulação no campo escolar.** Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. CE. Educação, 2009.

OLIVEIRA, Thiago Ranniery Moreira de. **No meio do mundo, aquendar a metodologia:** notas para *queerizar* a pesquisa em currículo. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 11, n. 2, p. 332 - 356, maio/ago. 2016. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 05 maio 2021.

SANTOS, Day. OLIVEIRA, Anna Luiza Martins de. **Trajetórias transgêneras na educação de jovens, adultos e idosos:** conquistas, horizontes e ameaças entre tempos, espaços e sujeitos escolares. *Série-Estudos*, Campo Grande, MS, v. 24, n. 52, p. 49-75, set./dez. 2019.